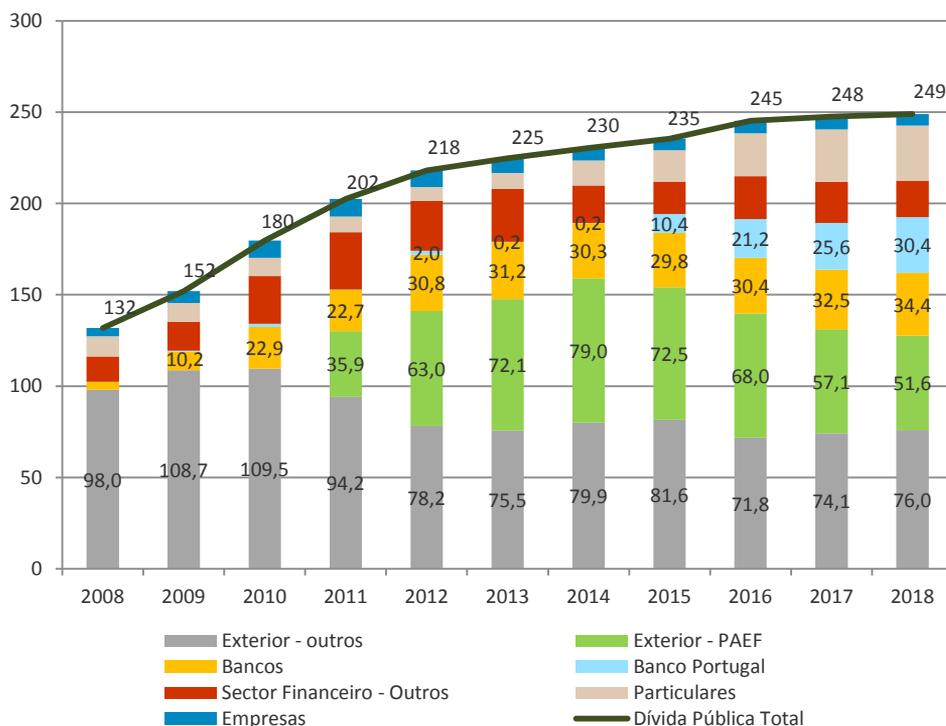


# AUDIÇÃO NA COFMA EXPOSIÇÃO DOS BANCOS PORTUGUESES À DÍVIDA PÚBLICA

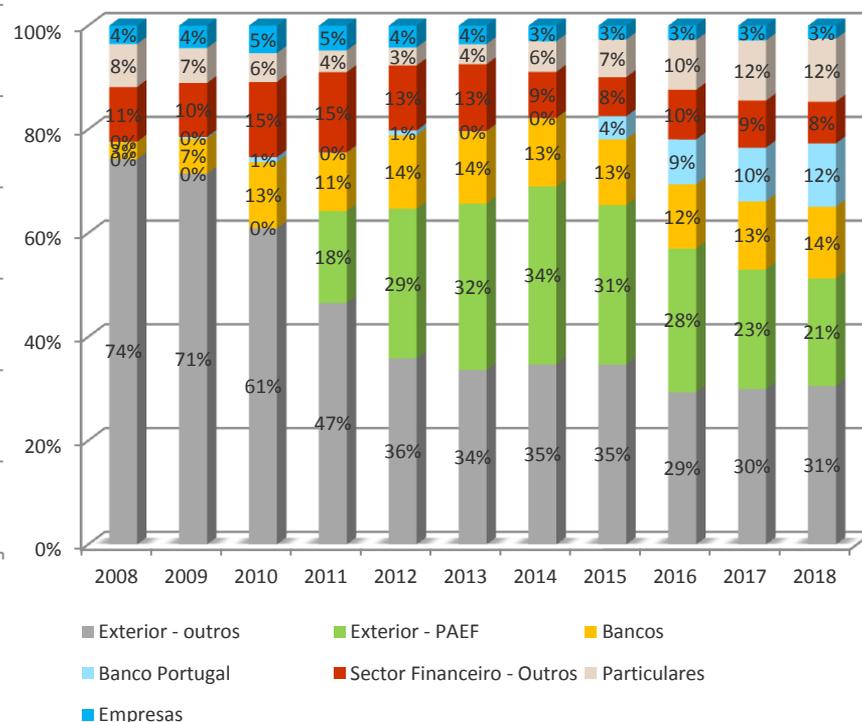
Fruto da crise económica que Portugal viveu, registou-se uma redução da detenção de dívida pública por não residentes (excluindo os credores do PAEF), tendo-se observado um movimento de sentido inverso por parte dos bancos nacionais.

O Banco de Portugal, em resultado da política monetária acomodatória, reforçou significativamente a sua detenção de dívida pública.

### Detentores de dívida pública – montante (Eur mil milhões)



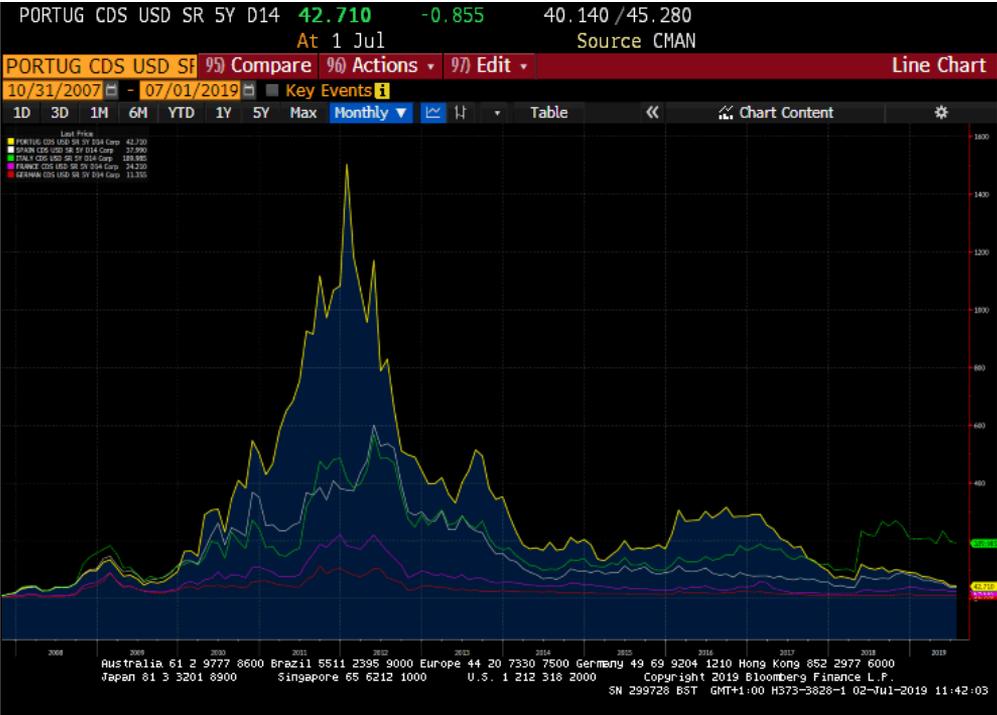
### Detentores de dívida pública - %



Fonte: Banco de Portugal, IGCP, BCE. Dívida total das administrações públicas excluindo dívida intrasector. A dívida inclui empréstimos, títulos de dívida (valor nominal) e créditos comerciais. Quebra de série: a partir de dez-2015, a dívida direta do Estado passou a incluir os montantes associados às contrapartidas das contas margem recebidas no âmbito de derivados financeiros para cobertura de risco de taxa de juro e cambial.

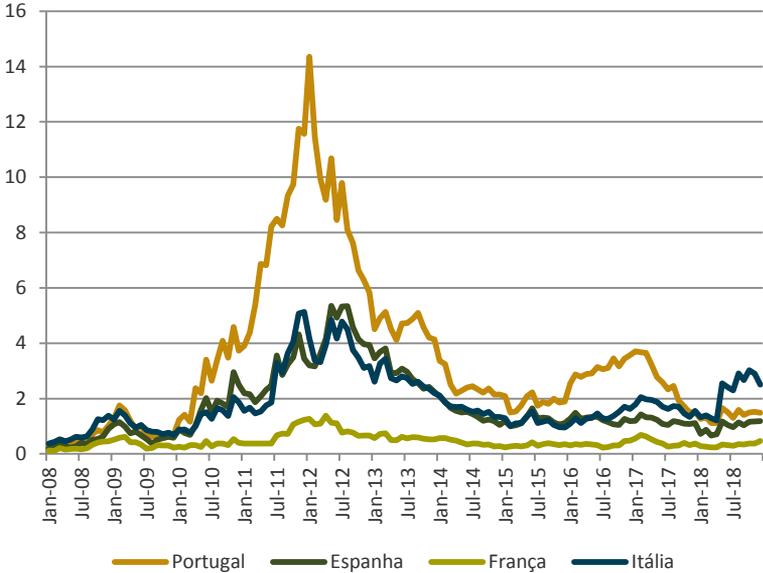
A perceção de risco da dívida pública portuguesa tem apresentado melhorias significativas, com especial destaque no último ano.

## 5Y Sovereign Credit Default Swaps



Fonte: Bloomberg.

## Spread da dívida pública a 10 anos vs. Bund (%)

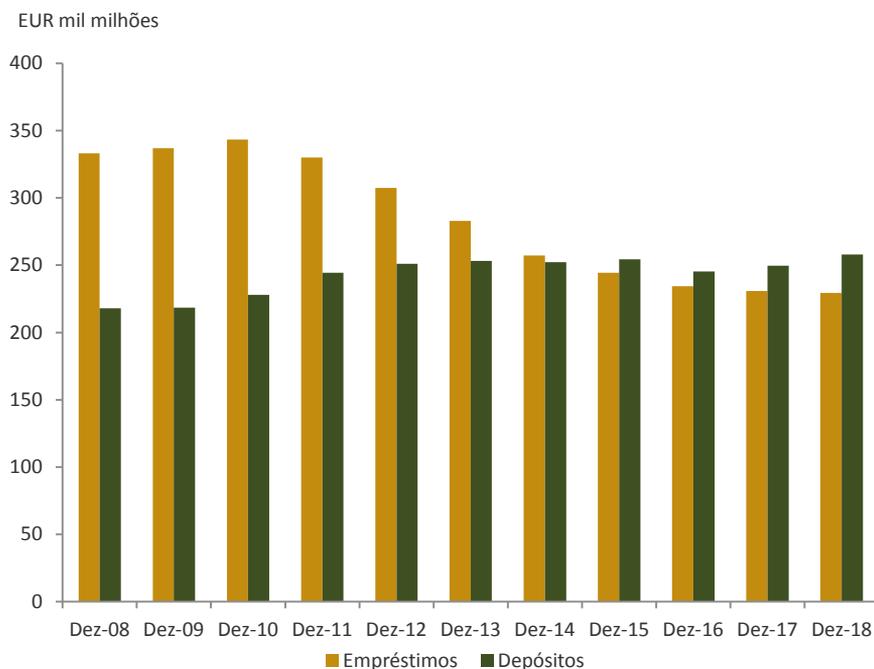


Fonte: Macrobond.

Desde 2010, os empréstimos a clientes diminuíram 33,2%, refletindo o processo de desalavancagem que se iniciou depois da crise. Acresce que a dinâmica das novas operações, fruto de uma incipiente procura de crédito, não tem sido suficiente para compensar a redução observada no *stock* de crédito. Por sua vez do lado do passivo, tem-se assistido a um reforço dos depósitos de clientes, a principal fonte de financiamento do sector.

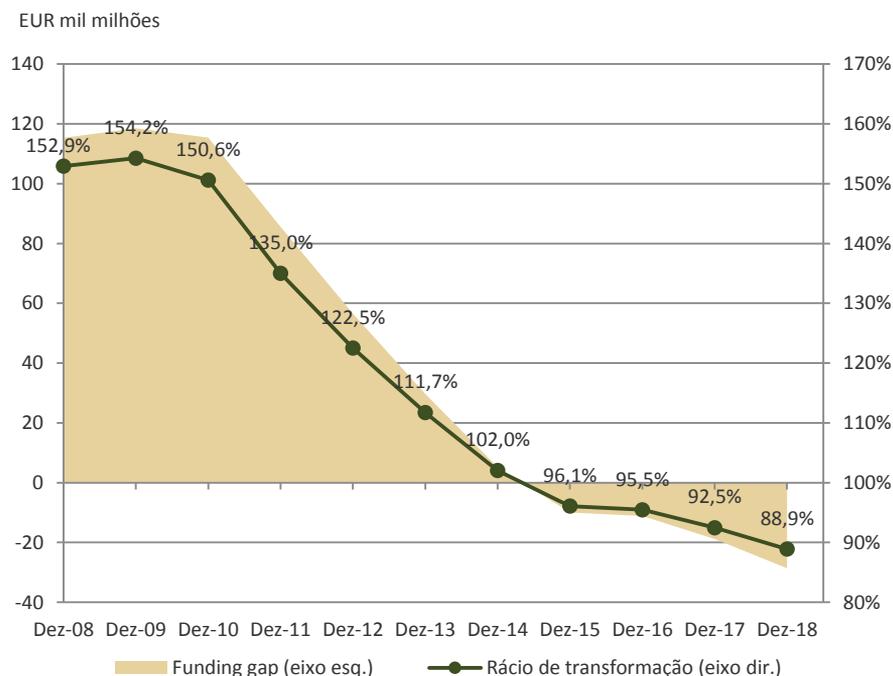
As reduções do *funding gap* e do rácio de transformação traduziram-se numa melhoria significativa da liquidez do sistema bancário nacional, com o rácio de cobertura de liquidez a situar-se, no final de 2018, em 196,4% (consideravelmente acima do mínimo regulamentar de 100%).

## Evolução do crédito e dos depósitos



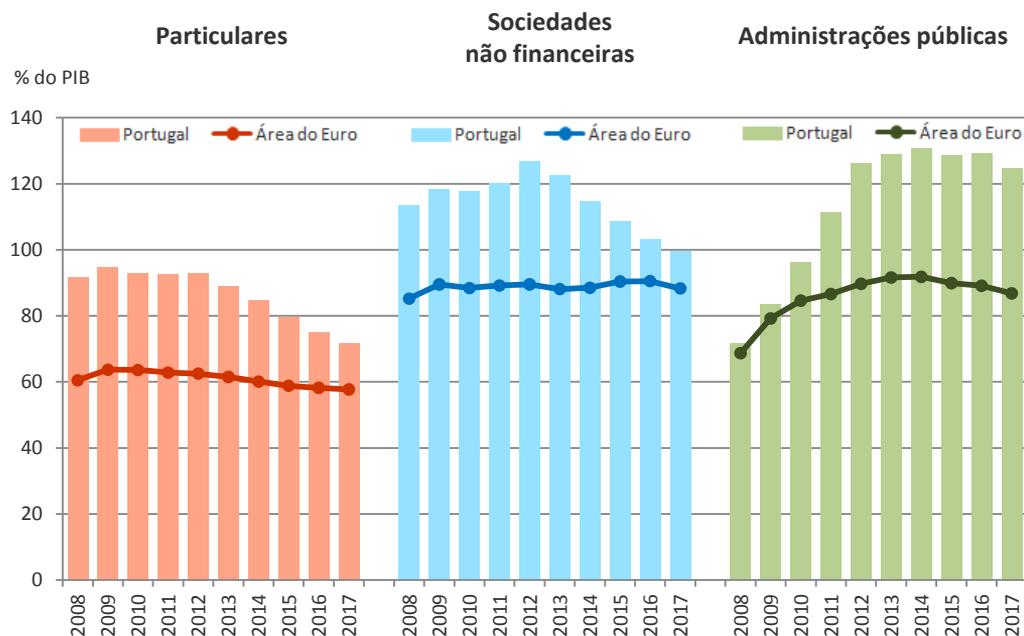
Fonte: Banco de Portugal.

## Evolução do rácio de transformação e *funding gap*



O processo de desalavancagem da economia portuguesa foi mais acentuado que o observado na área do euro. O rácio de transformação dos bancos nacionais encontra-se num nível significativamente mais baixo que o registado por outros sistemas bancários europeus e o LCR num patamar superior.

## Endividamento da economia (excluindo sector financeiro)



Fonte: Banco de Portugal e Eurostat.

Nota: O endividamento inclui: empréstimos, títulos de dívida (valor nominal) e créditos comerciais.

## Rácio de transformação

	Set-18
Portugal	76,5%
Espanha	90,1%
França	106,7%
Itália	96,0%
Alemanha	90,5%
Área do Euro	96,4%

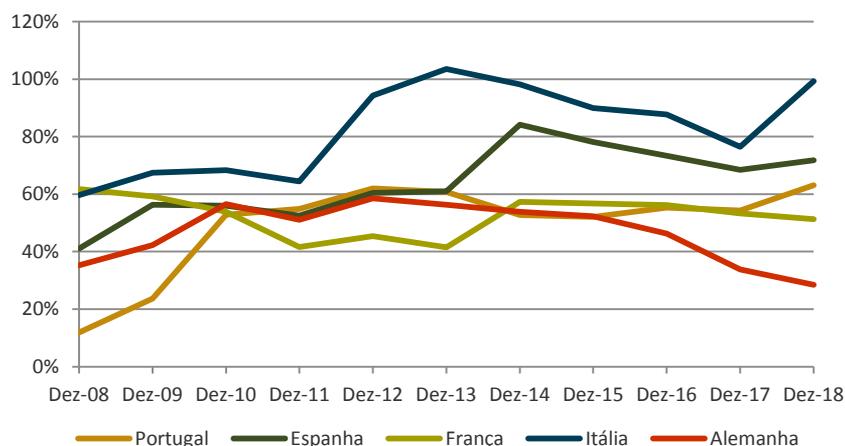
## LCR

	Set-18
Portugal	185,0%
Espanha	160,8%
França	129,8%
Itália	157,7%

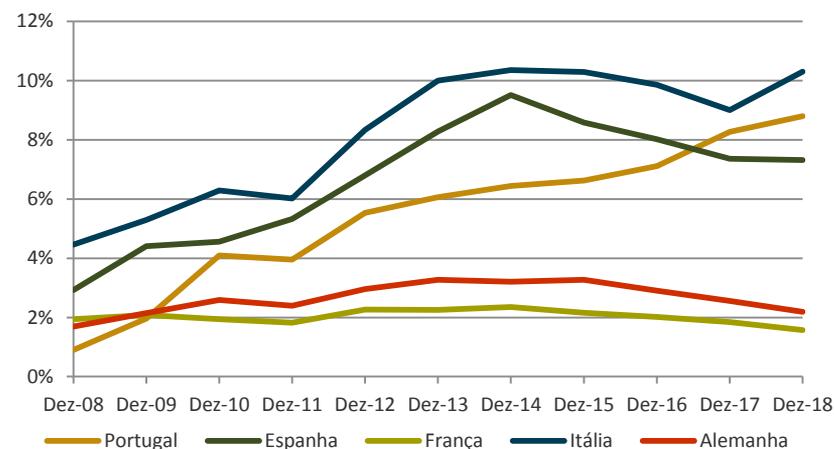
Fonte: BCE.

Fruto da situação excedentária de liquidez, da política monetária acomodatória do BCE e dos requisitos de detenção de ativos de elevada qualidade (HQLA) decorrentes do rácio de cobertura de liquidez, os bancos têm vindo a reforçar os investimentos em títulos de dívida pública, designadamente em BTs. Os bancos portugueses, ainda assim, comparam positivamente com os de outras jurisdições.

## Exposição a dívida soberana doméstica em % do capital próprio



## Exposição a dívida soberana doméstica em % do ativo total



## Dívida soberana doméstica em % da dívida soberana total

	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Dez-12	Dez-13	Dez-14	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Dez-18	Abr-19
Portugal	76%	67%	85%	87%	88%	83%	79%	73%	73%	72%	68%	65%
Espanha	85%	85%	93%	94%	95%	95%	91%	87%	85%	81%	80%	81%
França	44%	44%	46%	71%	69%	68%	68%	70%	72%	83%	83%	79%
Itália	93%	95%	97%	97%	99%	98%	97%	92%	90%	88%	89%	90%
Alemanha	57%	60%	67%	68%	72%	72%	69%	69%	68%	67%	65%	64%

Fonte: BCE.

- ❑ **Bancos e soberanos encontram-se ligados por vários canais:**
  - **Exposição direta** (detenção de dívida soberana pelos bancos para investimento, cumprimento de requisitos regulamentares e para efeitos de colateral)
  - **Perceção de risco** (o *rating* do soberano condiciona o *rating* dos restantes agentes económicos)
  - **Economia** (uma deterioração da situação macroeconómica aumenta o risco dos devedores e os custos de financiamento dos bancos, resultando numa espiral de restrição da atividade creditícia, que agudiza a recessão, independentemente da exposição dos bancos à dívida soberana)
- ❑ **Os bancos funcionam como amortecedores de choques nos momentos de instabilidade.** Os investidores externos são mais propensos a desinvestir na presença de choques, sujeitando os soberanos a risco de refinanciamento.
- ❑ A **ausência de uma dissociação significativa entre o risco do sector privado e o risco soberano** dificulta uma diversificação efetiva de risco, em especial para os bancos muito dependentes do mercado doméstico.
- ❑ Em termos relativos, **os níveis atuais de exposição à dívida pública não são materialmente diferentes da exposição histórica média.** Uma parte da exposição corresponde a títulos de maturidade inferior a 18 meses.
- ❑ **Os fatores que estão a impulsionar a exposição à dívida pública provavelmente não diminuirão no curto/médio prazo:**
  - **Política monetária** (QE, taxas negativas)
  - **Processo de desalavancagem** (Rácio de transformação <100%)
  - **Disciplina de Capital e Liquidez** (RW, HQLA)
  - **Enquadramento legal** (Proibição de aplicação de taxas de juro negativas nos depósitos)
  - **Perceção do risco do soberano**
- ❑ **O risco de concentração para exposições a soberanos já se encontra contemplado na disciplina prudencial:**
  - As exposições a soberanos são incluídas no **Leverage Ratio**, que funciona como medida de *backstop* para os requisitos de capital ponderados pelo risco
  - O risco de concentração das exposições a soberanos é monitorado pelo Supervisor, em sede de **Pilar 2**, no âmbito do SREP – *Supervisory Review and Evaluation Process* (através do ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e dos Planos de Recuperação

# AUDIÇÃO NA COFMA EXPOSIÇÃO DOS BANCOS PORTUGUESES À DÍVIDA PÚBLICA